

**TECNOLOGIA****O letramento digital como instrumento de inclusão social e democratização do conhecimento: desafios atuais**[Envie esta página](#)

Verônica Danieli Lima Araújo

Coordenação do Laboratório de Educação a Distância Dosa Monteiro (Fundação Joaquim Nabuco)

Raquel Elza Oliveira Glotz

Coordenação de Pedagogia e Letras (Associação de Ensino Superior da Vitória de Santo Antão)

**Introdução**

Este artigo tem como objetivo geral analisar a importância do letramento na sociedade atual, mais especificamente do letramento digital ou eletrônico como instrumento de inclusão social e democratização do conhecimento. Nosso estudo, que tem como fundamentação metodológica a análise de conteúdo (BARDIN, 1977), enfatiza inicialmente a abordagem da inclusão digital, as distinções e convergências entre alfabetização e letramento, destacando que, na sociedade do conhecimento ou da informação (CASTELLS, 1993), o processo ensino-aprendizagem tem de estar focado na preparação do indivíduo para que não apenas compreenda, mas interaja no meio em que vive, construindo conhecimentos a partir do manuseio das tecnologias da informação e do conhecimento (TICs). Indicaremos, ainda, nossas considerações a respeito de quais são os atuais desafios referentes ao letramento digital.

A questão do analfabetismo é um dos grandes problemas sociais que persevera na atualidade; em vários países ainda há jovens, adultos e crianças que, por razões diversas, não puderam adquirir domínio suficiente da leitura e escrita. Assim, em várias situações em que se demanda domínio da leitura e escrita para realizar outras atividades, esses indivíduos são prejudicados ou mesmo excluídos porque não podem interagir, atuar da mesma forma que os demais.

O Brasil é um dos países que vêm há anos se debatendo com esse problema; a busca de alternativas teóricas e metodológicas para que esses indivíduos deixem de fazer parte do contingente de analfabetos e passem a ser indivíduos com domínio do mundo letrado é uma questão premente, uma vez que, no nosso atual contexto – o de uma sociedade globalizada, competitiva, que cada vez exige mais saberes e competências de seus sujeitos –, aqueles que não possuem esse domínio estão sendo escanteados, ingressando nas estatísticas de exclusão social.

Uma coisa é certa: vivemos hoje em uma destas épocas limítrofes na qual toda a antiga ordem das representações e dos saberes oscila para dar lugar a imaginários, modos de conhecimento e estilos de regulação social ainda pouco estabilizados.

Vivemos um desses raros momentos em que, a partir de uma nova configuração técnica, quer dizer, de uma nova relação com o cosmos, um novo estilo de humanidade é inventado (LÉVY, 1993, p. 17).

Esse autor deixa claro em sua afirmação que estamos vivenciando uma reconfiguração social a partir das mudanças que a evolução cada vez maior das técnicas traz para o nosso cotidiano. Esse avanço, essa transformação do que até então entendemos por sociedade é um processo irreversível, o qual ocorre em algumas localidades de forma mais lenta, em outras mais rápido, ou seja, é um processo do qual cedo ou tarde todos os grupos sociais do planeta sofrerão interferências na organização de suas relações.

Esse novo contexto social – intitulado “sociedade do conhecimento” ou “sociedade da informação” (CASTELLS, 1993) –, da mesma forma que os contextos que o precederam, exige um perfil específico de indivíduo, no caso em questão um indivíduo que seja capaz de viver inclusivamente nessa nova configuração social. Quem não puder acompanhar o ritmo dessas mudanças e tomar parte nelas

poderá ficar à margem dessa sociedade.

Nessa sociedade do conhecimento, em que as TICs e as mídias de forma geral se fazem cada vez mais presentes na vida dos indivíduos, vemos surgir um novo tipo de excluído: o excluído digital. Quando a pessoa não possui o domínio, ainda que mínimo, dos conhecimentos que são necessários para que possa interagir em sociedade a partir do emprego das TICs, o não domínio delas torna-se, em algumas situações, um fator de exclusão. A nossa atualidade exige que, além do domínio do ler e escrever, sejamos também letrados digitais.

A partir desse contexto, nosso foco de discussão é a questão do letramento, seu conceito e diferenciações em relação à alfabetização, detendo-nos de forma mais contundente na análise do letramento digital como possível instrumento de inclusão social ao ser utilizado como estratégia de combate ao analfabetismo e à exclusão social.

É necessário que busquemos alternativas para repensar nossa organização educacional, trazendo para o ensino propostas que realmente atendam às demandas formativas de seus sujeitos, possibilitando que eles desenvolvam competências e habilidades que lhes permitam agir de forma crítica, interativa no contexto social em que se inserem, sendo capazes de acompanhar as mudanças e transformações pelas quais a sua sociedade passa.

### ***Inclusão digital: conceitos e perspectivas***

Os conceitos de exclusão/inclusão já foram exaustivamente debatidos no cenário socioacadêmico brasileiro, mas, quando nos referimos ao termo inclusão digital ou infoinclusão, ele ainda se faz nebuloso para alguns. Inclusão digital ou infoinclusão é a democratização do acesso às tecnologias da informação, de forma a permitir a inserção de todos na sociedade da informação.

“Inclusão digital é também simplificar a sua rotina diária, maximizar o tempo e as suas potencialidades” (INCLUSÃO DIGITAL, 2008). O conceito de inclusão digital subtende que o indivíduo exerça um papel ativo e interativo na sociedade do conhecimento, através do uso das TICs em suas atividades profissionais, cotidianas, educacionais, culturais etc.; mas, para que isso se torne uma realidade para a maioria da população brasileira, é necessário pensar mecanismos de inclusão digital a serem ofertados à população de forma geral, uma vez que

inclusão digital significa, antes de tudo, melhorar as condições de vida de uma determinada região ou comunidade com ajuda da tecnologia (...). Em termos concretos, incluir digitalmente não é apenas ‘alfabetizar’ a pessoa em informática; é também melhorar os quadros sociais a partir do manuseio dos computadores (REBÊLO, 2005, p. 1).

O que está implícito aqui é que não basta apenas disponibilizar o acesso aos recursos tecnológicos para a população; acima de tudo, é necessário oferecer condições efetivas para que a população tenha condições de usabilidade e proveito desses recursos.

É comum encontrarmos pessoas que não sabem utilizar o cartão bancário, não conseguem efetuar atividades via internet (compras, consultas, pesquisas escolares, atividades de entretenimento etc.), e a partir daí se estabelece um contraste: cada vez mais serviços são oferecidos ou então só são passíveis de serem efetuados com o uso de algum recurso tecnológico (computador, internet telefone etc.), porém o número de pessoas incapazes de realizá-los usando esses recursos tecnológicos ainda é grande; essa é uma situação que precisa ser modificada.

Esse tipo de situação deixa claro que são cada vez mais necessárias ações voltadas à inclusão dessas pessoas, principalmente a inclusão digital. “Quando falamos então de inclusão, três pilares formam um tripé fundamental para que a inclusão digital aconteça: TICs, renda e educação” (OS TRÊS PILARES..., 2008).

Sem o desenvolvimento de políticas públicas e outras propostas congêneres em que haja equilíbrio de forças entre esses três elementos, é difícil que a inclusão digital ocorra realmente, porque é necessária a implementação de propostas e ações que levem em conta a interação desses três itens para que seus sujeitos possam ter condições efetivas de se tornarem “incluídos digitalmente”.

### ***Por uma escola digitalmente inclusiva***

Na responsabilidade que cabe à educação em relação ao processo de inclusão digital, há a questão da necessidade de uma reformulação ampla do cenário educacional – o que implica repensar elementos como a formação de seus profissionais, a estrutura física das escolas, sua proposta

pedagógica, políticas educacionais, entre outros – os quais precisam ser modificados para atender a essa nova demanda formativa, pois

a educação escolar precisa compreender e incorporar mais as novas linguagens, desvendar os seus códigos, dominar as possibilidades de expressão e as possíveis manipulações. É importante educar para usos democráticos, mais progressistas e participativos das tecnologias, que facilitem a evolução dos indivíduos (MORAN, 2006, p. 36).

Ao observarmos currículos e propostas pedagógicas, percebemos que ainda há muito a ser mudado para que as tecnologias realmente façam parte de nosso processo educativo formal. Ainda há várias escolas – seja no setor privado ou público – em que não há sequer um laboratório de informática com acesso à internet disponibilizado para a comunidade escolar.

Outra situação comum é a existência de escolas em que os professores dão aula e desenvolvem atividades recorrendo unicamente a recursos comuns (e por isso muitas vezes inadequados e defasados em relação ao perfil dos sujeitos da aprendizagem e às suas necessidades cognitivas); em outras escolas, até há recursos tecnológicos, mas a maioria não chega a serem utilizada de forma que seu potencial seja devidamente explorado.

Giz, quadro-negro, papéis de tipos diversos e outros recursos há muito utilizados nas escolas, mas que têm pouco ou nenhum caráter tecnológico.

Os recursos tecnológicos, por si sós, não garantem melhora no aprendizado e na qualidade da educação, mas

as tecnologias garantem às escolas a possibilidade de se abrir e oferecer educação para todos, indistintamente (...). O uso intensivo das mais novas tecnologias digitais e das redes transforma as dimensões da educação e dá à escola 'o tamanho do mundo' (KENSKI, 2007, p. 124).

Nessa perspectiva, o uso das TICs na educação aponta para uma redemocratização da escola, para uma ampliação do seu raio de ação e para uma maior inserção dos seus sujeitos, o que sem dúvida é um recurso válido no combate à exclusão social e na transformação da escola em um instrumento de inclusão digital.

Além desses elementos, também é necessário que a equipe pedagógica da escola (professores, administradores etc.) atue de forma integrada, articulada, desenvolvendo ações em que os alunos possam explorar esses recursos em sua totalidade, utilizando-os na consecução das mais diversas atividades no seu processo de aprendizagem.

Essa é uma ação que ainda encontra obstáculos para se efetivar nas instituições de ensino pelo fato de que há vários profissionais da área de Educação cujo relacionamento com as TICs é o mais problemático possível; na maioria dos cursos de formação de professores, as discussões e disciplinas focadas no uso educacional dos recursos tecnológicos são escassas ou até mesmo inexistentes. Após a graduação, nos momentos de formação continuada (capacitações, minicursos, cursos de curta extensão etc.) essa questão é pouco abordada.

Nesse contexto, gera-se um contrassenso: os profissionais da Educação são pressionados cada vez mais para inovar suas práticas, e nessa inovação o uso das TICs é cobrado como um dos recursos a ser inseridos nas atividades, mas observa-se que esses profissionais, depois de formados, não encontram muitas oportunidades de formação voltadas ao trabalho com as TICs em sala de aula.

Podemos dizer que o analfabetismo digital é um problema sério, pois aqueles sujeitos que supostamente são responsáveis pela alfabetização de outros – os educadores – sofrem do mesmo problema de muitos dos seus educandos, ou seja, muitos professores não sabem manusear as TICs. Assim, apresentam repúdio em relação à utilização delas em suas atividades porque desconhecem formas de incorporá-las à sua prática, bem como as reais potencialidades delas, e esse desconhecimento leva a uma resistência muitas vezes severa ao uso das TICs na educação. Uma primeira perspectiva de combate ao analfabetismo digital seria então a mudança nas instâncias de formação – inicial ou continuada – dos profissionais da educação.

É necessário, sobretudo, que os professores se sintam confortáveis para utilizar esses novos auxiliares didáticos. Estar confortável significa conhecê-los, dominar os principais procedimentos técnicos para sua utilização, avaliá-los criticamente e criar novas possibilidades pedagógicas, partindo da integração desses meios com o processo de ensino (KENSKI, 2004, p. 77).

Sem modificar o processo pelo qual até então vêm se habilitando esses profissionais, é pouco

provável que eles se tornem um aliado no processo de combate ao analfabetismo digital; por isso, “a escola deve integrar as TICs para melhorar a qualidade de ensino-aprendizagem, reconhecendo que elas trazem inovações metodológicas que despertam maior interesse do aluno em aprender” (OLIVEIRA, 2006, p. 13).

Do mesmo modo, sem reformulação no próprio funcionamento das instituições de ensino, de suas propostas pedagógicas, grades curriculares, estrutura física, entre outros elementos, a questão de as escolas tornarem-se uma instância efetiva de inclusão digital é algo que ainda se encontra distante de nossa realidade educacional.

### **Letramento e alfabetização: diferenciações, convergências conceituais e perspectivas**

Uma questão a ser observada é que a escola é uma instituição que tem como função tornar os indivíduos não só alfabetizados mas também letrados. Há diferenciações entre esses termos, e hoje em dia se defende uma pluralidade entre os tipos de letramento; uma das perspectivas mais recentes de letramento é o digital.

A palavra letramento, “embora ainda não esteja dicionarizada devido à sua inúmera complexidade conceitual” (KLEIMAN, 2001, p. 17), foi inicialmente empregada por Mary Kato na sua obra *No mundo da escrita – uma perspectiva psicolinguística*; a autora afirmou ser função da escola, na área da linguagem,

introduzir a criança no mundo da escrita, tornando-a um cidadão funcionalmente letrado, isto é, um sujeito capaz de fazer uso da linguagem escrita para sua necessidade individual de crescer cognitivamente para atender às várias demandas de uma sociedade que prestigia esse tipo de linguagem como um dos instrumentos de comunicação (1986, p. 3-4).

Em seguida, a palavra letramento foi empregada por Tfouni (1988) em *Letramento e alfabetização*, evidenciando a distinção inicial entre alfabetização (aquisição da escrita por um indivíduo ou grupos de indivíduos) e letramento (aquisição do sistema escrito de uma sociedade, focalizando seus aspectos sócio-históricos), considerando ainda este último como um fenômeno multifacetado, e a impossibilidade de existir consenso entre os autores sobre o tema.

A autora propõe que o termo ‘iletrado’ não exista em nossa sociedade industrial moderna como oposição ao termo ‘letrado’, porque, do ponto de vista sócio-histórico, o que existem, de fato, são diferentes graus de letramento – e não sua inexistência. Soares (2006) também propõe distinção entre alfabetização e letramento; esses processos são distintos, de naturezas essencialmente diferenciadas, embora interdependentes e indissociáveis.

A alfabetização traduz-se pelo ensino-aprendizagem restrito e limitado das habilidades básicas de leitura e de escrita, efetuando-se com limites claros e com pontos de progressão cumulativa definidos objetivamente. Letramento, por sua vez, refere-se ao resultado do desenvolvimento da ação contínua, não linear, multidimensional e ilimitada, para além dessa aprendizagem básica do saber ler e escrever, adquirindo, desta forma, um grupo social ou um indivíduo inserido nas práticas de letramento escolar ou não, um novo estado ou uma nova condição “nos aspectos cultural, social, político, linguístico, psíquico” (SOARES, 2006 p. 39).

O ser letrado, para Moraes e Albuquerque (2004) e Soares (2006), se constrói não num único período letivo, como costumeiramente acontece com a alfabetização na organização escolar, mas sobretudo mediante as diversas e infindáveis experiências culturais dos sujeitos com práticas de leitura e de escrita que tiveram oportunidade de viver antes mesmo de iniciarem sua educação formal. De acordo com Soares,

o letramento implica várias habilidades: capacidade de ler ou escrever para atingir diferentes objetivos, para informar ou informar-se, para interagir com outros, para imergir no imaginário, no estético, para ampliar conhecimentos, para seduzir ou induzir, para divertir-se, para orientar-se, para apoio à memória, para catarse...; habilidades de interpretar e produzir diferentes tipos e gêneros de textos: habilidades de orientar-se pelos protocolos de leitura que marcam o texto ou de lançar mão desses protocolos ao escrever, atitudes de inserção efetiva no mundo da escrita, tendo prazer em ler e escrever, sabendo utilizar a escrita para encontrar ou fornecer informações e conhecimentos, escrevendo ou lendo de forma diferenciada, segundo as circunstâncias, os objetivos, o interlocutor (SOARES, *apud* RIBEIRO, 2004, p. 92).

Para a autora, ser alfabetizado não significa ser letrado, pois o fato de saber ler e escrever (alfabetizado) pode não corresponder à habilidade de saber usar socialmente a leitura e a escrita, praticando-as e respondendo adequadamente às demandas sociais sobre elas (letrado). Da mesma forma, uma pessoa analfabeta (que não sabe ler e escrever) pode ser, de certa forma, letrada ou ter

certo nível de letramento ao ter conhecimento das funções da escrita, quando, por exemplo, ao ditar uma carta a outrem, usa as convenções e estruturas linguísticas próprias da língua escrita.

Segundo Moraes e Albuquerque (2004) e Soares (1986), mesmo nos países desenvolvidos, nos quais os índices de analfabetismo são quase zero, podemos encontrar muitos indivíduos que, ao concluírem a educação básica, "são ainda incapazes de usar a leitura e a escrita para finalidades corriqueiras (...), para alcançar propósitos numa sociedade em que aquelas práticas se fazem essenciais para o exercício de cidadania" (MORAIS e ALBUQUERQUE, 2004, p. 61).

Nesses países desenvolvidos, os indivíduos saem da escola básica com comportamentos escolares de letramento escolar (ler e produzir textos escolares), cujas práticas são bastante diferenciadas daquelas que ocorrem em contextos exteriores a ela; "são indivíduos ainda incapazes de lidar com os usos cotidianos da leitura e da escrita em contextos não escolares" (MORAIS e ALBUQUERQUE, 2004, p. 65).

Ressaltamos ainda, em conformidade com Albuquerque, que, no caso do Brasil, podemos falar de um alto índice de analfabetos, porém não de "iletrados", pois

sabemos que um sujeito que não domina a escrita alfabética, seja criança, seja adulto, envolve-se em práticas de leitura e de escrita com a mediação de uma pessoa alfabetizada, e nessas práticas desenvolve uma série de conhecimentos sobre os gêneros que circulam na sociedade (2005, p. 16).

É possível ainda afirmar, respaldando-nos em Wagner (*apud* SOARES, 2006, p. 81), que "devemos falar de letramentos e não de letramento, tanto no sentido de diversas linguagens e escritas quanto no sentido de múltiplos níveis de habilidades, conhecimentos e crenças no campo de cada língua e/ou escrita". Logo, sob esse entendimento e a partir do envolvimento diferenciado do sujeito com as diversas práticas sociais de leitura e de escrita, podemos falar de letramento linguístico, letramento matemático, letramento digital, entre outros.

Dentre os teóricos que não citam a palavra letramento, porém o defendem de forma implícita em suas teorizações e práticas de alfabetização, citamos Freire (*apud* KLEIMAN, 2001, p. 8), que em seus estudos atribuiu à alfabetização "a capacidade de o indivíduo organizar reflexivamente seu pensamento, desenvolver consciência crítica e introduzir-se num processo real de democratização da cultura e da libertação".

A própria leitura do mundo, para Freire (2000; 2001), deveria anteceder a leitura da palavra, indicando também que o saber ler e escrever, e mais, o ser letrado, não ocorre somente nos âmbitos oficialmente escolares, em que pese à escola ser, conforme Kleiman (2001, p. 20), uma das mais importantes agências do letramento.

Entretanto, esse autor observa, baseando-se em Street (1984), que a escola vem se preocupando não com as práticas de letramento culturalmente determinadas (*modelo ideológico*), mas com um único tipo de prática que corresponderia às práticas escolares de letramento (*modelo autônomo*), considerando, por sua vez, a aquisição da escrita como um processo neutro, independentemente de considerações contextuais e sociais.

Por conseguinte, tais práticas de letramento *escolares*, mais exatamente as práticas de leitura e produção de textos desenvolvidas na escola, não se adequariam, segundo Moraes e Albuquerque, conforme certas expectativas, ao desenvolvimento sócio-econômico-cultural de nossa sociedade, em que os indivíduos convivem em contextos em que a escrita se faz presente de forma mais complexa.

Logo, de acordo com essa perspectiva atual de alfabetizar letrando, vem sendo requisitada à sociedade, bem como atualmente à escola, na condição de instância social-histórica responsável pela transmissão dos conhecimentos construídos e acumulados, a formação de indivíduos aptos não apenas a saber ler e escrever (codificar em língua escrita e de decodificar a língua escrita), mas também, como mencionamos antes, indivíduos competentes para usar a leitura e a escrita, envolvendo-se com essas diferentes práticas sociais.

Tendo conhecimento de que o letramento é um processo construído anteriormente ao processo de escolarização, consideramos, assim como os autores citados (MORAIS e ALBUQUERQUE, 2004), ser papel fundamental da escola, com o intuito de reduzir as diferenças sociais mediante os diferentes níveis de acesso dos indivíduos aos bens materiais e simbólicos, assegurar a todos os alunos, diariamente, a vivência de práticas reais de leitura e da produção autônoma de textos diversificados.

De maneira genérica, podemos destacar a afirmação de Albuquerque (2005), a qual reflete a opinião dos demais teóricos defensores, acima do alfabetizar letrando, de que o convívio dos alunos com diferentes gêneros textuais é algo importante, muito embora não garantida, de maneira isolada, que eles se apropriem da escrita alfabética, necessitando, assim, que o professor reflita com os aprendizes sobre as características do nosso sistema de escrita, visto não ser o sistema de escrita alfabética uma aprendizagem espontânea, tão somente a partir do contato com os textos.

Desse modo, defendemos, conforme Albuquerque (2005), ser imprescindível que a escola, desde cedo, promova o desenvolvimento de um trabalho sistemático de reflexão sobre as características do nosso sistema de escrita alfabética, possibilitando uma interação com o trabalho de desenvolvimento da autonomia dos alunos para ler e escrever seus próprios textos. Segundo Moraes e Albuquerque (2004), é preciso que a escola propicie ao aprendiz, nas etapas iniciais, uma ajuda sistemática de interação com a língua de maneira reflexiva, automatizando seu uso.

### **Letramento digital: conceituações e pressupostos teóricos**

Entre as diferentes propostas de letramento, uma das mais comentadas na atualidade é a questão do letramento digital. Lévy conceitua letramento digital como

um conjunto de técnicas materiais e intelectuais, de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço, como sendo um novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores (1999, p. 17).

Inseridos que estamos numa sociedade do conhecimento, da informação, é difícil pensar a preparação de um indivíduo para os tempos atuais e futuros sem inserir no seu processo ensino-aprendizagem os elementos que lhe permitam não só a compreensão, mas a interação, a criação, principalmente com as TICs.

O letramento digital significa o domínio de técnicas e habilidades para acessar, interagir, processar e desenvolver uma multiplicidade de competências na leitura das mais variadas mídias. Um indivíduo possuidor de letramento digital necessita de habilidade para construir sentidos a partir de textos que mesclam palavras que se conectam a outros textos, por meio de hipertextos, links e hiperlinks; elementos pictóricos e sonoros numa mesma superfície (textos multimodais). Ele precisa também ter capacidade para localizar, filtrar e avaliar criticamente informação disponibilizada eletronicamente e ter familiaridade com as normas que regem a comunicação com outras pessoas pelos sistemas computacionais (AQUINO, 2003, p. 1-2).

Assim, para ser considerado um letrado digital, primeiramente é necessário que o indivíduo seja letrado em relação ao seu idioma, possuindo o domínio dos códigos de leitura e escrita vigentes em sua sociedade para que, a partir deles, possa ter condições de manusear as TICs e de fazer um uso intencional delas no qual seja capaz de explorar as potencialidades que possuem.

O letramento digital ou eletrônico refere-se ao “conjunto de conhecimentos que permite às pessoas participar das práticas letradas mediadas por computadores e outros dispositivos eletrônicos no mundo contemporâneo” (BUZATO, *apud* FONSECA, 2005, p. 24). Desse modo, a capacidade de uso do computador (bem como dos outros recursos tecnológicos equivalentes) como ferramenta (de trabalho, de estudo, de informação, de entretenimento, entre outros), principalmente de comunicação no seu dia a dia e o domínio das operações que ele possibilita realizar, é um dos elementos que caracteriza um letrado digital.

Alguns autores utilizam a expressão letramento eletrônico como sinônimo de letramento digital.

É difícil, para alguém que não tem domínio do universo letrado, imergir no universo tecnológico, pois este exige domínio de suas linguagens específicas; quando nos referimos à *web*, por exemplo, as informações e conteúdos são disponibilizados sob a forma de hipertextos – “sequências em camadas de documentos interligados, que funcionam como páginas sem numeração e trazem informações variadas sobre determinado assunto” (KENSKI, 2007, p. 32) –, os quais, ao serem acessados, permitem que o leitor faça uma leitura não linear, não sequenciada, tendo a possibilidade de ir para outros espaços discursivos na *web* (sites), acessando outros conteúdos e informações via *links* que tenham ligação com o primeiro conteúdo acessado.

Essa navegação, em seus inúmeros desdobramentos, é um dos elementos que mais fascina o internauta e que talvez justifique a atração que muitos sentem, passando às vezes horas e horas diariamente na *web*. Há uma renovação contínua das informações, a maioria dos sites é atualizada

diariamente, todos os meses há novidades em termos de programas e recursos a serem disponibilizados para o usuário.

Há uma série de atividades, de serviços (retirada de documentos, movimentação bancária, cursos, grupos de discussão, palestras, atividades culturais etc.) que hoje em dia são realizados virtualmente, e esse meio virtual, em relação a muitos desses serviços, oferece muito mais comodidade e praticidade do que os serviços oferecidos presencialmente. Mas essa comodidade ainda é privilégio de poucos, pois sem domínio dessa linguagem o acesso torna-se restrito.

Nesse enfoque, assim como no apresentado por Lévy (1999), o letramento digital remete à capacidade do indivíduo de direcionar o uso das tecnologias da informação e comunicação em prol de seus objetivos pessoais, como membro ativo de uma sociedade cada vez mais tecnologicizada.

Não há letramento digital se o indivíduo não tem autonomia, criticidade e poder de reformulação e redirecionamento em relação ao uso que faz das TICs em sua vida. "Pode-se dizer que o letramento digital, então, implica tanto a apropriação de uma tecnologia quanto o exercício efetivo das práticas de escrita que circulam no meio digital" (FRADE, 2007, p. 60).

Sem possuir a capacidade de fazer uso aprofundado das TICs, ou seja, atribuindo a elas usos que vão além do trivial (por exemplo, um celular serve hoje em dia não só para telefonar, como também o uso de um computador com acesso a internet vai muito além de simples recurso para digitar textos e enviar e-mails), não podemos dizer que alguém seja um letrado digital.

### ***Possibilidades educacionais e inclusivas do letramento digital***

Ao pensarmos no letramento digital como possível instrumento de combate ao analfabetismo – tanto o tradicional como o digital –, é necessário analisar os aspectos positivos desse recurso e suas limitações.

Uma primeira questão a ser apontada é que o uso das TICs, principalmente do computador e da internet, demanda de seu usuário domínio da leitura e da escrita, pois, por mais superficial que sejam os conhecimentos linguísticos para manusear um computador ou navegar na *web*, é fato que eles são necessários.

Atividades que demandam crítica, manifestação de opiniões, construção de argumentos, exigindo do indivíduo um instrumental de conhecimentos que lhe permita articular as informações que recebe em forma de respostas para as atividades que está realizando devem ser trabalhadas nas escolas desde os anos iniciais do ensino até os anos finais, para que o aluno cresça acostumado a lidar com situações que exigem dele uma postura mais ativa, fundamentalmente no processo de construção do conhecimento.

Dessa forma, a escola, o sistema educacional em si e seus agentes são elementos indissociáveis para que o letramento digital possa se tornar uma realidade, uma vez que

esse novo letramento (o digital) considera a necessidade de os indivíduos dominarem um conjunto de informações e habilidades mentais que devem ser trabalhadas com urgência pelas instituições de ensino, a fim de capacitar o mais rápido possível os alunos a viver como verdadeiros cidadãos neste novo milênio, cada vez mais cercado por máquinas eletrônicas e digitais (XAVIER, 2006, p. 1).

Isso significa dizer que, para que o profissional da Educação possa colaborar com o aluno na construção de um conhecimento produtivo em relação ao uso das TICs, esse aluno precisa adquirir as competências linguísticas que lhe permitirão utilizar essas ferramentas de forma produtiva, e o local mais propício para que os alunos entrem em contato com essas ferramentas é a escola, considerando-se que

formar cidadãos preparados para o mundo contemporâneo é um grande desafio para quem dimensiona e promove a educação. Em plena Era do Conhecimento, na qual inclusão digital e sociedade da informação são termos cada vez mais frequentes, o ensino não poderia se esquivar dos avanços tecnológicos que se impõem ao nosso cotidiano (PEREIRA, 2007, p. 13).

O processo de ensino-aprendizagem tem sua significância no papel que exerce na vida do aluno; se na escola a educação em si não vai propiciar elementos que permitam a esse indivíduo um nível de participação cada vez maior nas atividades que ocorrem nessa mesma sociedade, a educação se torna desinteressante, uma vez que, quando desarticulada do contexto ao qual deve se adequar, passa a contribuir no processo de exclusão social.

Não favorecendo esse acesso à informática e não a transformando em aliada para a educação, sobretudo das camadas populares, a escola estará contribuindo para mais uma forma de exclusão de seus alunos; e isso vai excluí-los de muitas outras instâncias da sociedade contemporânea, que exige dos seus cidadãos um grau de letramento cada vez maior (COSCARELLI, 2007, p. 32).

Ao serem desenvolvidas e implementadas propostas de ensino focadas no letramento digital, o sistema educacional poderá assumir papel de peso no processo de inclusão digital, uma vez que na escola, ao cursar ao menos a Educação Básica, o indivíduo despende boa parte do seu tempo de vida (dos anos iniciais da infância aos anos finais da adolescência, no mínimo). Esse tempo, sendo em parte empregado em atividades educativas que façam uso das TICs e de outras ferramentas tecnológicas, será útil para a vida presente e futura dos alunos, já que o mercado de trabalho (além de outras instâncias do nosso dia a dia) exige cada vez mais conhecimentos em relação ao uso das tecnologias.

Um fato que não podemos esquecer é que as crianças e jovens dessa geração nasceram praticamente inseridos nesse contexto – o de uma sociedade altamente tecnologizada, razão pela qual são denominados *geração net* (TAPSCOTT, 1998). Isso significa dizer que o aluno de hoje já considera essa imersividade numa sociedade altamente tecnologizada como algo normal, algo que faz parte de sua realidade e do seu dia a dia. É difícil convencer essa criança ou jovem de que uma educação distante da discussão e, principalmente, do uso das TICs em seus procedimentos seja uma educação atrativa e a ideal para ele.

Esse público tem um contato com o universo da informação consideravelmente maior do que todas as gerações anteriores; portanto, para acompanhar esses aprendizes audaciosos da geração digital o professor também tem que mudar seu perfil e sua prática pedagógica.

O mestre agora precisa ser:

- Pesquisador, não mais repetidor de informação;
- Articulador do saber, não mais fornecedor único do conhecimento;
- Gestor de aprendizagens, não mais instrutor de regras;
- Consultor que sugere, não mais chefe autoritário que manda;
- Motivador da 'aprendizagem pela descoberta', não mais avaliador de informações empacotadas a serem assimiladas e reproduzidas pelo aluno (XAVIER, 2006, p. 3).

O que fica claro pelo exposto nesses pontos é o fato de que o professor, num contexto de escola inclusiva digital e socialmente, deve reformular sua prática de forma tal que passe a ser visto pelo aluno como alguém que está na escola para ser um colaborador em seu processo de aprendizagem, alguém cujo papel é ser uma via de mão dupla entre o saber e os aprendizes.

Propostas de ensino autoritárias, impositivas, nas quais se tenta moldar o aluno a um perfil predefinido, no qual ele tem pouca ou nenhuma possibilidade de interferir, estão com seus dias contados. A velocidade com que as inovações, informações, mudanças chegam aos dias de hoje pedem uma formação que cada vez mais habilite as pessoas a acompanhar esse ritmo de forma produtiva.

Para que o letramento digital possa se tornar uma realidade na educação brasileira, é necessário que muitos investimentos ainda sejam feitos em relação à alfabetização e letramento linguísticos, uma vez que, sem o domínio do idioma nos aspectos da leitura e da escrita, as inferências que são necessárias para a utilização das TICs em sua plenitude pelas pessoas tornar-se-ão algo difícil de ocorrer.

Precisamos investir na Educação Básica, melhorar significativamente a qualidade do ensino, especialmente no que se refere às instituições públicas do país, para que assim os alunos não tenham brechas cognitivas em seu desenvolvimento, as quais prejudicarão o manuseio das TICs por falta de conhecimentos que deveriam ter sido adquiridos ao longo dessa fase, e não após o indivíduo se tornar um egresso dela.

### **Considerações finais**

Num mundo em que há uma gama cada vez maior de informações circulando, no qual as tecnologias passaram a fazer parte de praticamente todas as instâncias de nossas vidas, exigindo flexibilidade, capacidade não só de absorção, mas principalmente de interpretação e reconfiguração dos conhecimentos, um indivíduo que não possui o domínio conceitual de seu idioma está se tornando um excluído social.

O ser letrado – seja no campo da linguística ou no campo tecnológico-informacional – demanda que

possua não só o domínio formal da língua (fala + escrita), o que caracteriza um indivíduo alfabetizado, mas também que ele saiba fazer uso social dela, de maneira que as demandas apresentadas por esse meio social possam ser respondidas pelos seus sujeitos a partir da articulação, ativação desses conhecimentos em forma de resposta a essas demandas, o que caracteriza um indivíduo letrado.

Isso deixa claro que não basta apenas ser alfabetizado; além disso, é necessário saber explorar todas as possibilidades de uso dos recursos linguísticos, comunicacionais, principalmente em relação aos conhecimentos que as TICs e mídias demandam das pessoas, para que elas possam usufruir do seu uso ou realizá-lo.

O letramento digital é um processo cuja expansão está se tornando cada vez mais necessária em nosso momento atual; num contexto de mudança social em que as tecnologias, principalmente as TICs, a cada dia ocupam espaços em todos os setores da sociedade; não há como deixar de lado a questão de que o não domínio das linguagens digitais já está gerando um novo tipo de excluído: o digital.

À Educação é atribuído, por suas propostas, processos e sujeitos, o papel de dar aos membros da sociedade acesso a oportunidades de se tornarem letrados digitais, mas, para que esse processo seja efetivo, é necessário que ocorra uma série de reformulações no que até então tem sido apresentado como educação no país, particularmente no que se refere às instituições públicas de ensino.

Se quisermos mudar o cenário de exclusão social do país, precisamos empregar formas de combate à exclusão em suas diversas frentes – e a exclusão digital é uma das formas de exclusão que necessita ser combatida com mais força, para evitar que o quadro social futuro seja de uma população constituída por um contingente significativo de indivíduos que, por não terem vivenciado situações de letramento digital em sua formação escolar, não encontram oportunidades expressivas de se incluir na sociedade da informação porque não possuem o domínio das linguagens digitais.

É necessário que não só os alunos, mas também os demais profissionais do ensino (professores, gestores etc.) possuam bom conhecimento das dimensões escritas e faladas do idioma e, fundamentalmente, do uso social adequado que podem fazer dele em suas vidas. Da mesma forma, o domínio das linguagens digitais, a familiarização com o uso das TICs e a articulação delas às diversas instâncias do cotidiano são elementos altamente significantes para que a inclusão social ocorra.

Sem o desenvolvimento de propostas educativas consistentes, coerentes e articuladas às demandas da sociedade, torna-se complicado encontrar soluções viáveis para o quadro de analfabetismo no país, em quaisquer de suas formas de ocorrência.

A formação dos professores, tanto em seu caráter inicial como a formação continuada, necessita ser repensada de forma a contemplar esse uso das TICs em suas atividades de ensino, de forma que esse uso seja realmente pensado, organizado e realizado tendo em vista as necessidades formativas apresentadas pela *geração net*.

A organização da educação em seu cotidiano, com seus ritos, conteúdos, práticas e processos, só encontra significado quando não só reflete a sociedade na qual se insere, mas principalmente quando é capaz de acompanhá-la em suas transformações, servindo como instrumento de ressignificação de relações, sentidos e ações pelos sujeitos nesse mesmo meio social.

### Referências

ALBUQUERQUE, E. B. C. *Conceituando alfabetização e letramento: conceito e relações*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

AQUINO, Renata. *Usabilidade é a chave para aprendizado em EAD*. 3 de fevereiro de 2003. Disponível em: <http://portal.webaula.com.br/noticia.aspx?sm=noticias&codnoticia=417>. Acesso em 3 dez. 2008.

BARDIN, Pierre. *Análise de conteúdo*. Lisboa. Edições 70, 1977.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1993

COSCARELLI, Carla Viana. Letramento digital – aspectos sociais e possibilidades pedagógicas. In: \_\_\_\_\_; RIBEIRO, Ana Elisa (orgs.). *Letramento digital: aspectos sociais e práticas pedagógicas*. 2ª ed. Belo Horizonte: Ceale, Autêntica, 2007.

COUTINHO, M. de L. *Práticas de leitura na alfabetização de crianças*. O que dizem os livros didáticos? O que fazem os professores? Dissertação (mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Educação. Recife, 2004.

FERREIRO, E; TEBEROSKY, A. *Psicogênese da língua escrita*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

\_\_\_\_\_. Escrita e oralidade: unidades, níveis e consciência metalingüística. In: FERREIRO, E. (org.) *Relações de (in)dependência entre oralidade e escrita*. Porto Alegre: Artmed, 2003.

FONSECA, Magna de Carvalho. *Letramento digital: uma possibilidade de inclusão social através da utilização de software livre e da educação a distância*. 2005, 58 f. Monografia (especialização em Administração em Redes Linux). Programa de Pós- Graduação em ARL. Faepe – Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Lavras. Lavras, 2005.

FRADE, Isabel Cristina A. da Silva. Alfabetização digital: problematização do conceito e possíveis relações com a pedagogia e com aprendizagem inicial do sistema de escrita. In: COSCARELLI, Carla Viana; RIBEIRO, Ana Elisa (orgs.). *Letramento digital: aspectos sociais e práticas pedagógicas*. 2ª ed. Belo Horizonte: Ceale, Autêntica, 2007.

*INCLUSÃO digital*. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Inclus%C3%A3o\\_digital](http://pt.wikipedia.org/wiki/Inclus%C3%A3o_digital). Acesso em: 23 out.2008.

FREIRE, P. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

\_\_\_\_\_. *A importância do ato de ler*. São Paulo: Cortez, 2001.

KATO, M. *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística*, 5ª ed. São Paulo: Ática, 1986.

KENSKI, Vani Moreira. *Tecnologias e ensino presencial e a distância*. 2ª ed. Campinas: Papirus, 2004.

\_\_\_\_\_. *Educação e tecnologias: O novo ritmo da informação*.Campinas: Papirus, 2007.

KLEIMAN, A. B *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social de escrita*. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

LEAL, T. F. *Alfabetização: apropriação do sistema de escrita alfabética*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

LÉVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. Trad. Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

\_\_\_\_\_. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

MORAIS, A . G. de; ALBUQUERQUE, E. B. C. Alfabetização e letramento: o que são? Como se relacionam? Como “alfabetizar letrando”? In: ALBUQUERQUE, E; LEAL, T. *Alfabetização de jovens e de adultos em uma perspectiva de letramento*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MORAN, José Manuel. Ensino e aprendizagem inovadores com tecnologias audiovisuais e telemáticas. In: MORAN, José Manuel; MASSETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda Aparecida. *Novas tecnologias e mediação pedagógica*. 12ª ed. Campinas: Papirus, 2006.

OLIVEIRA, Aristóteles da Silva. Inclusão digital. In: MERCADO, Luís Paulo Leopoldo (org.) *Experiências com tecnologias de informação e comunicação na educação*. Maceió: Edufal, 2006.

*OS TRÊS pilares da inclusão digital*. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/024/24amsf.htm>. Acesso em 23 out. 2008.

PEREIRA, João Thomaz. Educação e sociedade da informação. In: COSCARELLI, Carla Viana; RIBEIRO, Ana Elisa (orgs.). *Letramento digital: aspectos sociais e práticas pedagógicas*. 2ª ed. Belo Horizonte: Ceale, Autêntica, 2007.

REBÊLO, Paulo. *Inclusão digital: o que é e a quem se destina?* Reportagem publicada em 12 maio 2005. Disponível em: <http://webinsider.uol.com.br/print.php?id=2443>. Acesso em 23 out. 2008.

SOARES, M. B. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

\_\_\_\_\_. Letramento e escolarização. In: RIBEIRO, Vera Masagão (org.). *Letramento no Brasil*. São Paulo: Global, 2004.

STREET, B. *Literacy in theory and practice*. Cambridge, Cambridge University Press, 1984.

TAPSCOTT, Don. *Geração digital: a crescente e irreversível ascensão da geração net*. São Paulo: Makron Books, 1998.

TFOUNI, L. V. *Letramento e alfabetização*. São Paulo: Cortez, 2006.

XAVIER, Antônio Carlos dos Santos. *Letramento digital e ensino*. Disponível em <http://www.ufpe/nehte/artios/Letramento%20digital%20ensino.pdf>. Acesso em 22 nov. 2008.

Publicado em 15 de julho de 2014.

---

[Voltar para o índice de Biblioteca/Tecnologia](#)